



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

## DIÁRIO inconveniente

# O 13.º... sem presságios

Em pouco mais de 10 páginas dactilografadas, José Manuel Bolieiro disse no parlamento ao que vinha, depois da posse dos 13 governantes que compõem o 13.º Governo dos Açores.

Livrar-se do presságio vai ser uma constante num governo desta natureza - fragmentado ideologicamente e com muitos egos na incidência parlamentar - que vai precisar de muita sorte interna e externamente.

No que respeita entre portas, Bolieiro já descreveu, no discurso de posse, as linhas orientadoras do novo governo.

No que depende do exterior, estranhamente, nem uma palavra.

Um discurso não é um programa de governo, mas permite abrir portas para o que aí vem, pelo menos na visão estratégica do que tem de mudar nos Açores, porque foi isso que o eleitorado exigiu nas urnas.

Neste aspecto o novo Presidente do Governo esteve bem ao elencar as prioridades absolutas desta nova caminhada.

Ao eleger o combate à pandemia como "uma óbvia e urgente prioridade", Bolieiro vai mais longe e promete "eficácia, planeamento, competência, organização, civismo e solidariedade", o que só será possível com uma equipa de excelência em Saúde Pública, com uma boa política de motivação junto de todos os profissionais de saúde, disponibilizando todos os recursos possíveis, e com uma boa gestão do Serviço Regional de Saúde, a começar pelas administrações dos Hospitais e Unidades de Saúde, onde reina muita desorganização, especialmente no maior hospital da região.

Depois, a recuperação económica, que não é tarefa apenas do governo.

É preciso chamar ao centro desta tarefa todos os parceiros sociais, ouvir os mais experientes e, depois, decidir as medidas mais adequadas para colocar, de novo, a economia no eixo do desenvolvimento, criando riqueza e empregos.

Bolieiro deixou vincada a promessa de que "as empresas e mais famílias serão aliviadas de carga fiscal, com redução tributária até ao limite legal previsto", o que é um princípio, já de si, muito diferente do anterior governo, restando saber para quando a aplicação da medida.

O combate à pobreza também esteve na preocupação do primeiro discurso oficial de José Manuel Bolieiro.

Era, igualmente, um desígnio do governo anterior, sabendo-se como decorreu a sua aplicação, com muita fé e pouca acção.

Por isso, exige-se mais e esperamos que o programa do governo seja mais explícito nesta matéria.

No plano político, Bolieiro voltou a reforçar o papel do parlamento nesta nova legislatura.

É bom que se recorde, nos próximos quatro anos, desta nova centralidade política, porque seria um bom sinal de desgovernamentalização da nossa sociedade, tão dependente dos "senhores do Governo Regional", a lembrar as velhas obediências e medos no tempo dos antigos donatários.

Este governo vai precisar de muitos bons ventos, sobretudo do que vai acontecer a nível internacional e da actuação dos governantes europeus, incluindo o governo de Portugal.

Sobre isso Bolieiro esquivou-se, porque sabe que, da República não virá bom casamento - já não vinha com o governo anterior -, e da Comissão Europeia precisamos, mais do que nunca, de um olhar profundo de solidariedade, tão profundo como o buraco da SATA ou do saco de ajudas que poderá salvar a política económica deste governo.

Numa só palavra, Bolieiro voltou a ser igual a si mesmo.

Nunca desilude neste aspecto.

Quis ser conciliador, elogiou Vasco Cordeiro, deixou dois ou três recados aos parceiros da coligação, não amedrontou ninguém, pelo contrário, amansou os funcionários públicos ("não interessa o seu partido (...) podem contar com uma administração respeitadora"), chamou toda a gente a colaborar e quis mostrar, mais uma vez, a sua marca de temperamento calmo e sem tempestades.

É bom, de facto, que ninguém fique para trás.

Mas também é preciso saber dar um murro na mesa quando for necessário.

É isso faltou muito na política nos últimos anos.

Quando é assim, o povo encarrega-se de dar o murro... nas urnas.

